

RESENHA LEGISLATIVA 2022/2023

Como sempre, os últimos dias de um exercício e os iniciais do exercício seguinte trazem também a edição de atos legislativos ou normativos sobre diversos assuntos. Abaixo, relacionamos alguns, que merecem destaque e que poderão ser alvo de comentários mais minuciosos dos próximos boletins jurídicos:

LEGISLAÇÃO FEDERAL

TRABALHISTA

- **Decreto nº 11.303, de 22 de dezembro de 2022, Presidente da República (DOU1 23.12.2022)** - Altera o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- **Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, Presidente da República (DOU1 22.12.2022)** - Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.
- **Portaria nº 4.389, de 29 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 30.12.2022)** - Altera a Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021 (Procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho).
- **Portaria nº 4.390, de 29 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 30.12.2022)** - Altera a Portaria SEPRT nº 3.733, de 10 de fevereiro de 2020, que estabelece o cronograma de implementação para itens específicos da NR-18.
- **Portaria nº 4.406, de 29 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 30.12.202200)** - Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades.
- **Portaria nº 4.372, de 28 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 29.12.2022)** - Altera a Portaria nº 4.218, de 20 de dezembro de 2022, para incluir as regras de aplicabilidade do Anexo III da Norma Regulamentadora nº 35 às escadas fixas já instaladas e às escadas portáteis em uso.

- **Portaria nº 4.227, de 20 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 22.12.2022)** - Disciplina as regras e os critérios para a implantação da portabilidade e da interoperabilidade de que trata a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, regulada pelo Decreto 10.854, de 10 de novembro de 2021. (PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador)
- **Portaria nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 22.12.2022)** - Altera a nomenclatura de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA nas Normas Regulamentadoras em virtude da Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022.
- **Portaria nº 4.218, de 20 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 21.12.2022)** - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 35 - Trabalho em Altura.
- **Portaria nº 4.198, de 19 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 21.12.2022)** - Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo nº 19964.120089/2022-83).
- **Portaria nº 4.101, de 16 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 20.12.2022)** - Aprova a redação da Norma Regulamentadora nº 38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. (Processo nº 19966.100874/2021-19).
- **Portaria nº 4.098, de 15 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 19.12.2022)** - Altera a Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.
- **Portaria nº 3.994, de 5 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 07.12.2022)** - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 25 - Resíduos Industriais. (Processo nº 19966.100840/2022-13).
- **Portaria nº 3.717, de 9 de novembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 10.11.2022)** - Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.
- **Instrução Normativa nº 2, de 22 de dezembro de 2022, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 23.12.2022)** - Altera a Instrução Normativa nº 02, de 8 de novembro de 2021, para disciplinar as análises de acidentes do trabalho realizadas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho.

RETIFICAÇÕES

- Retificação - Portaria MTP nº 4.198, de 19 de dezembro de 2022 –DOU1 de 21/12/2022, p. 359. No § 1º do art. 145 - Rescisão de Contrato de Trabalho. No art. 258-I - Decisão Judicial relativa a assuntos de inscrição de entidades sindicais especiais.
- Retificação - Item 38.3.1.2 do Anexo da Portaria nº 4.101, de 16 de dezembro de 2022 – DOU1 20/12/2022 p. 234/236 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

PREVIDENCIÁRIO E FGTS

- **Portaria Interministerial nº 26, de 10 de janeiro de 2023, Ministros de Estado da Previdência Social e da Fazenda (DOU1 11.01.2023)** - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- **Ato Declaratório Executivo Codar nº 2, de 5 de janeiro de 2023, Coordenador-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório (DOU1 06.01.2022)** - Institui código de receita para recolhimento da contribuição previdenciária de que trata o art. 43 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- **Instrução Normativa nº 141, de 6 de dezembro de 2022, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (DOU1 07.12.2022)** - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.
- **Resolução nº 1.052, de 13 de dezembro de 2022, Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (DOU1 14.12.2022)** - Altera a Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS, e dá outras providências, e o Anexo da Resolução nº 989, de 15 de dezembro de 2020, que reformula o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte.
- **Ato Declaratório Executivo Corat nº 15, de 9 de novembro de 2022, Coordenador-Geral de Administração do Crédito Tributário Substituto (DOU1 11.11.2022)** - Cancela multas por atraso na entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) nos casos em que especifica.
- **Circular nº 1.007, de 8 de novembro de 2022, Caixa Econômica Federal (DOU1 09.11.2022)** - Divulga a versão 4 do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS.

- **Circular nº 1.006, de 7 de novembro de 2022, Caixa Econômica Federal (DOU1 09.11.2022)** - Divulga a versão 16 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador.
- **Circular nº 1.005, de 8 de novembro de 2022, Caixa Econômica Federal (DOU1 09.11.2022)** - Divulga a versão 16 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.

TRIBUTÁRIO

- **Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023, Presidente da República (DOU1 12.01.2023 Edição Extra A)** - Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
- **Portaria Conjunta nº 1, de 12 de janeiro de 2023, Procurador-Geral da Fazenda Nacional Substituto e o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU1 13.01.2023 Edição Extra A)** - Institui o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, estabelecendo condições para transação excepcional na cobrança da dívida em contencioso administrativo tributário no âmbito de Delegacia da Receita Federal de Julgamento - DRJ, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União.
- **Portaria nº 39, de 29 de novembro de 2022, Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional (DOU1 30.11.2022)** - Divulga o sublimite de receita bruta acumulada auferida, aplicável no ano-calendário 2023.
- **Portaria nº 247, de 18 de novembro de 2022, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU1 22.11.2022)** - Regulamenta a transação de créditos tributários sob administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- **Portaria Conjunta nº 103, de 21 de dezembro de 2022, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional (DOU1 23.12.2022)** - Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 895, de 15 de maio de 2019, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.
- **Portaria Normativa nº 35, de 7 de novembro de 2022, Procurador-Geral Federal (DOU1 08.11.2022)** - Dispõe sobre o parcelamento extrajudicial simplificado de que trata o art. 37-B, §12, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

- **Instrução Normativa nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU1 08.12.2022)** - Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- **Instrução Normativa nº 2.113, de 31 de outubro de 2022, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU1 03.11.2022)** - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF).

AMBIENTAL

- **Decreto nº 11.373, de 1º de janeiro de 2023, Presidente da República (DOU1 13.01.2023 Edição Extra A)** - Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
- **Portaria Conjunta nº 6, de 13 de dezembro de 2022, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**, o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada Junto ao Instituto Chico Mendes, e o Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Federal Especializada Junto ao Instituto Chico Mendes (DOU1 16.12.2022) - Altera a Portaria Conjunta nº 5, de 02 de agosto de 2022, que dispõe sobre a consolidação das medidas e das boas práticas relacionadas ao tema terceirização de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.
- **Portaria Conjunta nº 7, de 25 de novembro de 2022, Presidente Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (DOU1 29.11.2022)** - Institui o Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- **Instrução Normativa nº 13, de 4 de novembro de 2022, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (DOU1 08.11.2022)** - Regulamenta, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o processo administrativo de apuração, determinação e cobrança de crédito tributário decorrente da Taxa de Manutenção de Registro ou da Classificação do Potencial de Periculosidade Ambiental (PPA), classes I, II, III e IV, de agrotóxicos e afins, no que se refere, especificamente, aos itens 4.3 e 4.4 do anexo da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

ADMINISTRATIVO

- **Decreto nº 11.250, de 9 de novembro de 2022, Presidente da República (DOU1 10.11.2022)** - Altera o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

- **Instrução Normativa nº 91, de 16 de dezembro de 2022, Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (DOU1 19.12.2022)** - Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa Nº 77, de 4 de novembro de 2022, Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (DOU1 07.11.2022)** - Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

OUTROS

- **Decreto nº 11.249, de 9 de novembro de 2022, Presidente da República (DOU1 10.11.2022)** - Dispõe sobre o procedimento de oferta de créditos líquidos e certos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, nos termos do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição.
- **Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, Presidente da República (DOU1 11.01.2023 Edição Extra)** - Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.
- **Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, Presidente da República (DOU1 05.01.2023 Edição Extra B)** - Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- **Ato Declaratório Executivo Cofis nº 114, de 6 de dezembro de 2022, Coordenador-Geral de Fiscalização-Substituto (DOU1 08.12.2022)** - Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute 9 da Escrituração Contábil Digital (ECD).

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **Comunicado nº 1 de 10 de janeiro de 2023, Advogado-Geral do Estado (DOE-MG 12.01.2023)** - Comunica e divulga a todos, para os fins de pagamento de precatório do Estado na forma prevista no inciso II do § 1º Art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nº 62/2009, que o saldo contábil de precatórios do Estado de Minas Gerais é de R\$ 3.324.525.146,72 (Três bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

- **Portaria nº 44, de 25 de novembro de 2022, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM (DOE-MG 03.12.2022)** - Estabelece regras para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas habilitadas à prestação de serviços relacionados às barragens de usos múltiplos, fiscalizadas pelo Igam, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, abrangidas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).
- **Resolução nº 5.629, de 28 de novembro de 2022, Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais (DOE-MG 29.11.2022)** - Estabelece a obrigatoriedade de apresentação dos Registros 1601 e 1700 da Escrituração Fiscal Digital – EFD.
- **Resolução Conjunta nº 003 de 01 de dezembro de 2022, Secretário de Estado de Infraestrutura Mobilidade e o Diretor-Geral Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DOE-MG 02/12/2022)** - Dispõe sobre a composição e o funcionamento da Câmara Técnica do Sistema de Custos e Orçamentos Referenciais de Obras e Serviços de Engenharia do Estado de Minas Gerais – Sicor-MG, instituído pelo Decreto Estadual nº. 48.523, de 28 de outubro de 2022.
- **Resolução Conjunta nº 3.181, de 11 de novembro de 2022, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas e o Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (DOE-MG 19.11.2022)** - Estabelece diretrizes para a apresentação do Plano de Ação de Emergência das barragens abrangidas pela Lei nº 23.291, de 25 de janeiro de 2019, no âmbito das competências do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos definidas pelo Decreto nº 48.078, de 5 de novembro de 2020; determina os procedimentos a serem adotados pelos responsáveis destas barragens quando estiverem em situação de emergência e as providências a serem tomadas na hipótese de incidente, acidente ou ruptura, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- **Decreto nº 18.168, de 24 de novembro de 2022, Prefeito de Belo Horizonte (DOM 25.11.2022)** - Altera o Decreto nº 16.538, de 30 de dezembro de 2016, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências.
- **Decreto nº 18.146, de 8 de novembro de 2022, Prefeito de Belo Horizonte (DOM 09.11.2022)** - Altera os Decretos nº 13.842, de 11 de janeiro de 2010, nº 17.273, de 4 de fevereiro de 2020, e nº 17.274, de 4 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT
- **Portaria nº 058 de 2022, Secretário Municipal de Política Urbana do Município de Belo Horizonte (DOM 19.11.2022)** - Determina a paralisação das obras e dos serviços em logradouro público no período que menciona.
- **Portaria nº 12 de 2022, Secretário Municipal de Meio Ambiente (DOM 04.11.2022)** - Dispõe sobre os procedimentos para adesão ao Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental – “Selo BH Sustentável”.

- PATROCÍNIO INSTITUCIONAL -



Proteção de margem com gabões PoliMac®

- 1 tecnologia de revestimento PoliMac®
- 2 Revestimento metálico de longa vida (60 GalMac® AR)
- 3 Revestimento Interestático
- 4 Alça de aço BIC®

Revitalização do Rio Pinheiros - São Paulo / Brasil

Experiência centenária com **qualidade, tecnologia e inovação** para a Engenharia Civil.



/maccaferri /maccaferrimatriz @Maccaferri_BR /MaccaferriWorld /maccaferriworld

[Clique aqui e saiba mais](#)



O banco parceiro da indústria de construção pesada.



GIGANTE EM CADA DETALHE

O mercado de infraestrutura exige competência e seriedade dos fornecedores de produtos. Por isso, a FCK reuniu o que há de melhor para oferecer aos clientes produtos com qualidade e atendimento diferenciado.

FCK
PREMOLDADOS
fck.ind.br

Pottencial
SEGURADORA

TRANQUILIDADE
EM TODOS OS MOMENTOS! (ATÉ NOS INESPERADOS)



- PUBLICIDADE -



CONVÊNIO
BRASID - SICEPOT
☎ (31) 3327.1202
📞 (31) 9 8507.2668

e-CNPJ a partir de R\$134,56
e-CPF a partir de R\$79,92
Atendimento: Videoconferência - Presencial - Delivery

Também atendemos: e-Jurídico - e-Médico - e-Saúde - NF-e - SSL



> **ATENTA SAÚDE** O CUIDADO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE **A SUA EMPRESA PRECISA**

Conheça o novo convênio SICEPOT MG e Atenta Saúde.

atenta SAÚDE **SICEPOT MG**

[SAIBA MAIS](#)

Serviço exclusivo para s2302.0402